



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MAIZA DO NASCIMENTO CEZAR

**PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO MUSEAL:
UM OLHAR SOBRE O PAPEL DO EDUCATIVO NO MEMORIAL DOS POVOS
INDÍGENAS**

BRASÍLIA - DF

2025

MAIZA DO NASCIMENTO CEZAR

**PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO MUSEAL:
UM OLHAR SOBRE O PAPEL DO EDUCATIVO NO MEMORIAL DOS POVOS
INDÍGENAS**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo apresentado ao curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Comissão examinadora:

Prof. Dra. Renata Silva Almendra (Orientadora)

Departamento de Métodos e Técnicas (MTC/FE/UnB)

Prof. Dra. Luciana Magalhães Portela

Curso de Museologia (FCI/UnB)

Prof. Dr. Roni Ivan Rocha de Oliveira

Departamento de Métodos e Técnicas (MTC/FE/UnB)

Prof. Dra. Andréia Melo Lacé

Departamento de Políticas Públicas e Gestão da Educação (PGE/FE/UnB)

BRASÍLIA - DF

2025

Dedico este trabalho aos meus pais, que, sob o calor escaldante, me fizeram chegar até aqui, à sombra. Sempre me disseram que uma caneta machuca menos do que a vida sob o calor intenso, com as mãos calejadas pela enxada. Por vocês, sigo lutando por uma educação emancipatória, por um mundo mais justo e pelo direito de todos a conhecerem o incrível universo das palavras. Dedico também à criança que fui, que hoje se alegra ao ver seu sonho se concretizar: estou me tornando professora.

"Continue a nadar, nadar..."
(Filme Procurando Nemo, 2003)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por Sua infinita bondade e misericórdia, por me abençoar com tantas graças ao longo da minha vida, e, especialmente, a Nossa Senhora Aparecida, que, ao longo da minha trajetória acadêmica, tem sido minha guia, iluminando meu caminho com sabedoria.

À minha mãe, Alderice do Nascimento Cezar, e ao meu pai, Osmaldo Pereira Cezar, por serem minha base e meu apoio, e por sempre incentivarem a minha formação, mesmo com dificuldade e baixa escolaridade, sempre me motivando a nunca desistir da educação.

Agradeço também às minhas irmãs, Érica do Nascimento Cezar e Milena do Nascimento Cezar, que, ao longo dessa jornada, nunca deixaram de me oferecer palavras de incentivo e momentos de descontração.

À minha orientadora, professora Dra. Renata Silva Almendra, pela parceria que construímos ao longo de cinco semestres e pela sua docência exemplar, que sempre será uma referência para mim.

Agradeço ao pessoal do Ecoa Saberes Populares (anteriormente conhecido como Emancipa Paranoá), em especial ao Calebe, ao José Aguilera (Zé, na intimidade), ao Vitor e à Carol (tia Carol). Sem o Emancipa Paranoá, eu não teria chegado à UnB. Foi lá que me dediquei aos sábados, em um cursinho popular que transforma vidas. Meu eterno agradecimento a cada um que fez parte da equipe em 2019 e que, hoje, segue trilhando novos caminhos no Ecoa Saberes Populares Paranoá.

Agradeço aos meus amigos, especialmente ao Douglas Lisboa, Felipe Coutinho, Wanderson Marques, Mayara Souza e Amanda Moreira, que tornaram minha jornada na UnB mais alegre. Tenho certeza de que nossa amizade será para toda a vida. Obrigada por contribuírem com sua presença em todos os momentos importantes!

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a minha formação pessoal e profissional.

MEMORIAL

Nasci em Correntina, no estado da Bahia, em 2001. Minha paixão pela educação começou no seio familiar. Meu pai, analfabeto, e minha mãe, que até então só havia concluído somente o primeiro ano do ensino fundamental, sempre lutaram para que suas filhas estudassem, se tornassem independentes e tivessem mais oportunidades na vida, já que eles próprios não tiveram acesso à educação.

Lembro que a Escola Municipal São Rafael, localizada em Silvânia, Correntina - BA, onde cursei da educação infantil até ao ensino fundamental II, ficava a cerca de 40 minutos da minha casa. Íamos andando até lá, pois não havia transporte escolar. No trajeto, precisávamos atravessar uma ponte que separava os dois povoados. Essa ponte, instável e cheia de buracos, representava um grande risco para todos. Quando chovia, chegar à escola se tornava ainda mais difícil, mas eu nunca deixava de ir. Nos dias em que as águas cobriam a ponte, lembro de chorar muito por não conseguir chegar à escola.

Sempre fui uma amante de histórias. Meus pais costumavam me contar relatos da infância deles, acontecimentos narrados por meus avós, histórias de terror, contos, poesias e rimas. Lembro das noites estreladas em que meu pai contava a história da Amiga Onça, que me fazia dar muitas risadas, e das histórias dos sapos no brejo que minha mãe contava, arrancando-me sorrisos por horas. Todos os dias eu queria ouvir uma nova história.

Não tive acesso a livros infantis em casa, e também não me recordo de ter contato com livros na escola, apesar da existência de uma biblioteca pouco utilizada. Minha avó paterna, Odília, também contava muitas histórias. As que mais me marcaram foram as do Pé de Garrafa, do Lobisomem e histórias de fantasmas. No Dia de Finados, minha avó sempre acendia uma vela para o meu avô, que não cheguei a conhecer, e reunia os netos para contar histórias à luz das velas. Ficávamos encantados e, ao mesmo tempo, com muito medo.

Minha família, muito humilde, dependia exclusivamente da terra. Em todas as minhas memórias afetivas, vejo meus pais trabalhando sob o sol quente do Nordeste. Os períodos de seca eram extremamente difíceis. Lembro-me de uma vez em que minha mãe trabalhou dois dias seguidos sob um sol escaldante, colhendo feijão para uma vizinha, apenas para conseguir um pouco de alimento para casa. Apesar das dificuldades, nunca passamos fome. Minha mãe sempre se desdobrava para garantir que tivéssemos o mínimo necessário.

Mesmo com esse percurso árduo, tive uma infância feliz. Brincava muito, tinha contato direto com a terra e adorava brincar de arqueóloga. Nem conhecia o significado dessa palavra difícil, mas nos filmes com dinossauros sempre havia um arqueólogo. Então, eu ia para a mata, cavava buracos e, quando encontrava um osso, acreditava que era de dinossauro.

Assim, uma criança criativa e cheia de imaginação iniciou sua trajetória escolar. Acordava cedo, sentava ao lado do fogão a lenha e esperava minha mãe preparar o café. Depois me arrumava e ia com ela para a escola. Na educação infantil, só tenho boas recordações. Tive as melhores professoras do mundo: Tia Terezinha e Tia Marilene. Elas me encantaram com brincadeiras, contação de histórias, o ensino do alfabeto por meio de músicas e atividades com tinta. Sempre demonstraram muito amor por seus alunos e, até hoje, são minhas referências de professoras.

No ensino fundamental II, minhas lembranças são mais nebulosas, e algumas me trazem tristeza, pois foi um período em que sofri muito bullying. No entanto, dois professores marcaram essa fase: a professora Valdirene, de português, e o professor Olímpio, de matemática. Nunca fui boa com números, mas se teve alguém que conseguiu diminuir meu bloqueio com a disciplina, foi ele.

Nos dois primeiros anos do ensino médio, estudei no Colégio Orlando Laranjeira Barbosa, no Povoado de Mocambo, Santa Maria da Vitória - BA. Lá, sofri bullying novamente, e, como já estava na adolescência, foi um período difícil que preferia esquecer. Contudo, uma professora se destacou para mim: Uérica, que lecionava Física e Filosofia. Eu queria ser professora como ela.

No final de 2018, minha família precisou se mudar para o Distrito Federal, pois meu pai iniciaria o tratamento de hemodiálise. Para concluir o 2º ano do ensino médio, morei por dois meses com minha avó materna. No dia 8 de dezembro de 2018, às 18h, cheguei a Brasília. Fiquei encantada com a cidade, pois só tinha vagas lembranças dos livros didáticos que mostravam alguns monumentos.

Aqui, concluí o ensino médio no Centro de Ensino Médio 01 do Paranoá, estudando no período matutino, enquanto à tarde trabalhava como menor aprendiz e à noite me dedicava ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Não me recordo de professores que tenham despertado em mim o amor pela docência, mas lembro bem daqueles cujos exemplos eu não desejaria seguir.

Foi nesse período que conheci o Emancipa Paranoá, um cursinho popular que oferecia aulas gratuitas todos os sábados no CEM 01 do Paranoá, das 9h às 17h. Todos os

sábados, sem exceção, eu comparecia. Aquela comunidade tornou-se minha segunda família. Foi lá que ouvi falar, pela primeira vez, da Universidade de Brasília. Até então, sabia que queria ser professora, mas não sabia onde realizaria esse sonho. Após uma visita à UnB, decidi que cursaria Pedagogia lá. No ano seguinte, fui aprovada e, em 2020.1, durante a pandemia, iniciei minha trajetória no ensino superior.

No primeiro semestre de 2023, conheci a professora Renata Silva Almendra, que ministrava a disciplina de Ensino de História, Identidade e Cidadania. Foi na terceira unidade do curso que me aproximei da educação museal, trabalhando com a história local, a história do Distrito Federal, a educação patrimonial e as memórias. No final da disciplina, visitamos o Museu Vivo da Memória Candanga, e, nesse momento, encantei-me ainda mais pelos museus. Desde que cheguei a Brasília, sempre visito espaços culturais, como o CCBB e o Museu Nacional, pois me fascinam as histórias, a arte e as memórias que eles guardam.

No segundo semestre de 2023, a professora Renata me convidou para integrar um Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) intitulado "Pesquisa em Educação Museal: Ações Educativas nos Espaços Museais do Governo do Distrito Federal", atrelado ao PIBIC. Ademais, fiz o Estágio Supervisionado IV: Espaços educativos não escolares no Memorial dos Povos Indígenas, um museu que guarda e dá voz à comunidade indígena no centro da capital do Brasil. Durante esse estudo, fui me encantando com o setor educativo dentro dos museus. Queria entender mais sobre o papel do pedagogo nesses espaços e, conforme fui sistematizando meus conhecimentos, comecei a perceber a realidade da maioria dos museus no Brasil: a ausência de um setor educativo estruturado.

No decorrer do Estágio IV e do projeto de pesquisa PIBIC, compreendi a importância de delimitar e aprofundar o papel do setor educativo nos museus, o que me levou a escolher esse tema para o desenvolvimento do presente trabalho. Essa escolha também foi profundamente influenciada pelas minhas memórias de infância, repletas de histórias, narrativas orais e uma busca incessante pelo conhecimento.

Ao perceber a relevância das histórias na formação da minha identidade e no despertar do meu interesse pela educação, compreendi o papel fundamental da memória na construção do aprendizado. Foi esse vínculo afetivo com as narrativas e com o patrimônio cultural que me direcionou ao estudo da educação museal e à investigação do papel do pedagogo nos espaços museológicos. A ausência de um setor educativo estruturado na maioria dos museus do Brasil reforça a necessidade de pesquisas e ações que ampliem o acesso ao conhecimento histórico e cultural por meio desses espaços, permitindo que outras

crianças e jovens tenham a oportunidade de se conectar com suas memórias, suas origens e o fantástico universo das histórias, assim como aconteceu comigo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. MUSEU, EDUCAÇÃO E MEMÓRIAS SOCIAIS	14
2. A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DOS MUSEUS: UM OLHAR VOLTADO PARA AS AÇÕES EDUCATIVAS	17
3. EXPLORANDO O MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS: DESAFIOS E POTENCIALIDADES DAS AÇÕES EDUCATIVAS	20
3.1. Apresentação do Museu dos Povos Indígenas	21
3.2. Um diagnóstico das ações educativas no Memorial dos Povos Indígenas	23
4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35
ANEXO I – ROTEIRO DE VISITA	38

RESUMO

Este artigo reflete sobre as práticas educativas desenvolvidas no Memorial dos Povos Indígenas (MPI), em Brasília, espaço de resistência e valorização das culturas indígenas. A pesquisa, de abordagem qualitativa e fundamentada na pesquisa-ação, foi construída a partir da vivência no Estágio Supervisionado IV, do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília (UnB), articulando-se com análise documental e bibliográfica. O trabalho aborda a relação entre museus, memória social e processos educativos, reconhecendo os museus como espaços potentes para construção de identidades e narrativas plurais. Para tanto, apresenta um breve histórico da Educação Museal no Brasil e analisa o papel do pedagogo em espaços educativos não escolares, evidenciando desafios como a ausência de um núcleo educativo próprio no MPI e a dependência de projetos externos. O estudo propõe uma intervenção pedagógica para o público escolar e reforça a importância da consolidação de práticas educativas permanentes, comprometidas com a diversidade cultural, a justiça social e a promoção da cidadania.

Palavras-chave: Memorial dos Povos Indígenas; Educação Museal; Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal; memória; povos indígenas.

ABSTRACT

This article presents a reflection on the educational practices developed at the Memorial of Indigenous Peoples (MPI), located in Brasília, a space of resistance and recognition of Indigenous cultures. The study adopts a qualitative approach and is grounded in action-research methodology, combining experiential learning from a supervised internship with documentary and bibliographic analysis. It examines the relationship between museums, social memory, and educational processes, viewing museums as dynamic spaces for the construction of identities and plural narratives. The article offers a brief overview of the development of Museum Education in Brazil and explores the role of pedagogues in non-formal educational environments, highlighting key challenges such as the lack of a dedicated educational department at the MPI and reliance on external projects. The study proposes an educational intervention aimed at school audiences and underscores the importance of establishing permanent educational practices committed to cultural diversity, social justice, and the promotion of citizenship.

Keywords: Memorial of Indigenous Peoples; Museum Education; Secretariat of Culture and Creative Economy of the Federal District; memory; Indigenous people.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um desdobramento de uma pesquisa realizada no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília (PIBIC). O projeto, intitulado “Pesquisa em Educação Museal: Ações Educativas nos Espaços Museais do Governo do Distrito Federal”, sob coordenação geral da professora Dra. Renata Silva Almendra, da Faculdade de Educação, teve como objetivo explorar as práticas educativas nos museus do Distrito Federal geridos pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa.

Concomitante à realização desta pesquisa, tive a oportunidade de cumprir o Estágio Supervisionado IV (estágio curricular obrigatório do Curso de Pedagogia a ser realizado em espaços educativos não escolares), no Memorial dos Povos Indígenas (MPI) entre 17 de outubro e 6 de dezembro de 2023. Tanto a pesquisa quanto o estágio foram experiências que se complementaram significativamente, pois o estágio permitiu vivenciar o cotidiano do museu e o trabalho educativo ali desenvolvido, favorecendo um conhecimento mais aprofundado de suas dinâmicas, lacunas e desafios.

A motivação para esta pesquisa emerge de uma inquietação pessoal e acadêmica: “qual é o papel do pedagogo em espaços educativos não formais, especialmente nos museus?” Essa questão impulsionou a reflexão sobre a formação pedagógica que, historicamente, tem se voltado majoritariamente à escola. Há mais de oito décadas, o curso de Pedagogia no Brasil mantém sua tradição em formar profissionais para atuar no sistema escolar. A escola, nesse sentido, consolidou-se como campo simbólico e prático da atuação pedagógica.

Contudo, a contemporaneidade tem exigido a ampliação do olhar e da prática pedagógica. A Resolução CNE/CP nº 01/2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, sinaliza para essa mudança ao destacar a importância de formar pedagogos capazes de atuar também em espaços não escolares. Assim, abre-se espaço para reconhecer e valorizar o trabalho pedagógico em instituições como museus, bibliotecas, centros culturais e movimentos sociais.

A formação oferecida pela Universidade de Brasília busca formar profissionais críticos, reflexivos e comprometidos com a transformação social. Isso implica reconhecer que a Pedagogia, como ciência da educação, deve ir além da escola, alcançando todos os espaços onde há produção e circulação de saberes. Como defendem autores como Franco (2008), Libâneo (2010) e Severo (2015), as práticas educativas extrapolam o ambiente

escolar e se disseminam por toda a sociedade. Dessa forma, os museus configuram-se como espaços potentes de aprendizagem, construção de memória, identidade e cidadania.

Este trabalho busca refletir sobre a dimensão educativa dos museus, com foco no Memorial dos Povos Indígenas. A proposta parte da compreensão de que os processos educacionais não se limitam à mera transferência de conhecimento, mas envolvem a construção compartilhada de saberes, em um processo intersubjetivo entre educador e visitante.

O objetivo geral da pesquisa é analisar o papel educativo do Memorial dos Povos Indígenas, destacando suas contribuições para a formação crítica e cidadã dos sujeitos que o frequentam. Entre os objetivos específicos: apresentar um breve histórico da educação museal no Brasil; identificar as potencialidades educativas do MPI; realizar um diagnóstico sobre as condições atuais de suas ações educativas; apresentar uma proposta de intervenção para aprimorar a prática pedagógica no museu.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo-analítico fundamentada na pesquisa-ação, articulando pesquisa bibliográfica e documental com observações e experiências vivenciadas no estágio. Foram consultadas legislações, normativas, artigos acadêmicos e materiais da área museológica. Na análise bibliográfica, buscou-se relacionar a educação e as memórias sociais dentro do contexto museológico, pois parto do entendimento de que os museus não são apenas espaços de preservação e exposição, mas instituições vivas, comprometidas com a sociedade, como propõe a Política Nacional de Museus (PNM, 2003). São, portanto, lugares de resistência, democratização do saber, valorização da diversidade e promoção da justiça social.

A estrutura deste artigo está organizada da seguinte forma: no primeiro tópico, intitulado “Museu, educação e memórias sociais”, é abordada a relação entre educação, memória e identidade, enfatizando como os museus podem contribuir para a construção de narrativas sociais mais inclusivas e críticas. Em seguida, no tópico “A dimensão pedagógica dos museus: um olhar voltado para as ações educativas”, são discutidos os fundamentos teóricos da Educação Museal, seus marcos históricos e principais conceitos que sustentam o papel pedagógico das instituições museológicas.

O terceiro tópico “Explorando o Memorial dos Povos Indígenas: desafios e potencialidades das ações educativas”, apresenta um panorama histórico e institucional da criação do MPI, contextualizando sua missão, estrutura e principais atividades, além de

trazer uma análise mais aprofundada da atuação do setor educativo, com base nas observações realizadas durante o estágio e nas reflexões construídas ao longo da pesquisa.

No quarto tópico, “Apresentação da proposta de intervenção”, será detalhada uma sugestão de ação educativa a ser implementada no MPI para o 2º ano do Ensino Fundamental II, pensada a partir dos desafios observados e com base nos referenciais da Educação Museal. Por fim, nas considerações finais, sintetizam-se as principais contribuições do estudo, com ênfase na relevância do fortalecimento das práticas educativas em museus, especialmente naqueles dedicados à valorização de grupos historicamente marginalizados, como os povos indígenas.

1. MUSEU, EDUCAÇÃO E MEMÓRIAS SOCIAIS

The museum can be a space of liberation or a space of repression, depending on whose ideals and what values are being represented and promoted in the museum¹ (Yunci Cai, 2020, p. 7).

Ao considerarmos o museu como espaço de disputas simbólicas e políticas, como propõe Yunci Cai (2020), é fundamental refletir sobre como a memória é selecionada, construída e comunicada dentro do espaço museológico. O que se escolhe lembrar e, sobretudo, o que se escolhe esquecer, revela os valores que a instituição decide preservar e transmitir. O museu, portanto, não apenas apresenta memórias, mas também as molda, reforçando ou desafiando narrativas hegemônicas. Essa construção não é neutra nem desinteressada, carrega intencionalidades e disputas que atravessam a sociedade e que se manifestam nos modos de expor, interpretar e vivenciar o passado.

Segundo a definição de Meneses, o museu funciona como um palco da memória ao garantir a rememoração: “é mais eficaz do que a escrita e outros meios de registro, pois a matriz sensorial facilita a recordação” (Meneses, 1994, p. 09).

Nesse sentido, o museu traz, em seu contexto histórico e social, uma rememoração na qual a memória constitui seu principal triunfo, sejam memórias históricas ou aquelas criadas no ambiente, por meio de experiências vivenciadas pelos indivíduos no local. Segundo Dodebei, Farias e Gondar (2016), “a memória está inserida em um campo de lutas e de relações de poder, configurando um contínuo embate entre lembranças e

¹ *O museu pode ser um espaço de libertação ou um espaço de repressão, dependendo de quais ideias e quais valores estão sendo representados e promovidos no museu. (Tradução nossa).*

esquecimentos” (p.11). Assim, a memória também pode ser vista como algo do passado e futuro sem seguir necessariamente uma linearidade temporal.

O museu é um espaço de memórias plurais. É justamente por ser um lugar de memória em constante transformação que devemos discutir seu papel e suas formas de consolidação, especialmente diante do novo paradigma digital e das mudanças comportamentais. Nesse contexto, podemos situá-lo como espaço de representatividade, voltado à consolidação de narrativas, sejam elas oficiais ou transversais, que expressem a voz de grupos historicamente marginalizados, como é o caso do Memorial dos Povos Indígenas, objeto de análise ao longo deste artigo.

Colocar o sujeito na posição de agente determinante para mudanças da realidade no qual está inserido, impulsionando debates sobre o seu próprio “eu”, traz à tona memórias, identidades e sua própria história. Dessa maneira, o museu se configura como um espaço de memórias e representatividades coletivas, mas que aciona também memórias individuais. Tenha o museu uma abordagem local ou não, este potencializa as dinâmicas sociais criando, assim, memórias sociais que se relacionam diretamente com a educação dentro da comunidade em que está inserido.

Os museus por si só possuem uma característica de desenvolver e resguardar memórias e têm o poder não só na relação que se estabelece de seus visitantes com o acervo, mas no próprio imaginário da cidade, que emerge não apenas a quem o frequenta, mas a todos que vivem na comunidade. Assim, o museu é um campo fértil para estabelecer memórias, a partir do patrimônio resguardado e da sua própria arquitetura. Portanto, é um território de lembrança do passado e do presente. Para uns, ele produz ligações afetivas com o passado individual e possibilita a construção de pontes repletas de emoção, com a criação de identificação entre o visitante e o objeto.

Nesse contexto, Maurice Halbwachs (1990) propõe que há duas formas de memória: a individual e a coletiva. A memória coletiva é sempre construída a partir das lembranças individuais, mas não se limita a uma simples soma dessas memórias. Ela se constitui como uma reconstrução contínua do passado, moldada pelo presente e pelas relações sociais. Como afirma o autor, “a lembrança é, em larga medida, uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente” (Halbwachs, 1990, p. 71). Isso nos leva a compreender o museu como um território onde o presente projeta luz sobre fragmentos do passado, compondo imagens que podem ter sido reconstruídas várias vezes ao longo do tempo.

Seria o caso, então, de distinguir duas memórias, que chamaríamos, se o quisermos, a uma interior ou interna, a outra, exterior: ou então a uma memória pessoal, a outra memória social. [...] A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e denso (Halbwachs, 1990, p. 55).

Ampliando essa reflexão, Carlos Augusto Ferreira, Adriana Souza e Sandra Pinheiro (2018) reforçam que a memória não é apenas uma marca identificável, mas uma representação mental de um processo social e cultural. Ela resulta de tensões permanentes entre vivências e narrativas que habitam o imaginário dos sujeitos, permitindo-lhes lembrar ou esquecer. Nesse sentido, evocam Nietzsche ao afirmar que “para viver há que esquecer”. A memória coletiva de uma localidade, portanto, é feita de acontecimentos, lugares e personagens significativos para a comunidade. Ao mesmo tempo, é o grupo social que determina o que deve ser lembrado como “inesquecível”, revelando que lembrar também é um ato político e cultural.

O museu, portanto, é um espaço de memórias plurais. Ele não apenas guarda, mas ativa e transforma a memória. Frente aos novos paradigmas digitais e comportamentais, precisa reposicionar-se como instituição comprometida com a representatividade e a escuta de narrativas diversas, sobretudo as de grupos historicamente silenciados. O Memorial dos Povos Indígenas, por exemplo, é uma dessas iniciativas que tensiona as narrativas hegemônicas, valorizando saberes e memórias ancestrais que foram sistematicamente invisibilizadas. Trata-se de um espaço que reafirma identidades, projeta vozes indígenas e propõe um diálogo entre tradição e contemporaneidade.

Anna Cavalcanti (2016, p. 261) afirma que a memória social é construída, conforme as considerações de Nietzsche, a partir de três tipos de relação: de herança e pertencimento, que conservam as tradições capazes de fortalecer o presente; de crítica, nascidas da necessidade de romper com valores do passado que impedem a construção do futuro; e de criação, nas quais um indivíduo ou cultura se distanciam de seu presente e lançam novos horizontes, criando novas formas de vida, ação e pensamento.

Dessa forma, cabe ao pedagogo, ao professor de História, Geografia, museólogo ou outro profissional que esteja à frente do setor educativo do museu, fazer essa ponte entre escola e museu, museu e comunidade, trazendo um ensino em que os saberes curriculares possam se unir com a realidade do museu e da cultura local, despertando uma curiosidade

no seu público e promovendo trocas tanto na dimensão individual quanto coletiva. Nesse sentido, é importante pensar o museu como um recurso pedagógico de reflexão crítica e trazer, sobretudo, o respeito à representatividade dos povos nesse espaço de memórias, lutas e afirmação social histórica.

2. A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DOS MUSEUS: UM OLHAR VOLTADO PARA AS AÇÕES EDUCATIVAS

A educação museal no Brasil tem se fortalecido significativamente nas últimas décadas. Ao pensarmos em educação museal, devemos considerar uma série de aspectos que devem ser mobilizados, tais como: os conteúdos e as metodologias; a aprendizagem; a experimentação; a promoção de estímulos e da motivação a partir do contato com o patrimônio. A partir da análise do Caderno da Política Nacional de Educação Museal (2018), que reúne textos de diversos profissionais atuantes no campo, apresento aqui, com base nesse material, um breve histórico da Educação Museal no Brasil.

Destaca-se, de antemão, que a história dos museus se inicia com o colecionismo: o ser humano, desde os tempos primitivos, coleciona objetos, e, a partir disso, nasce a necessidade de preservar esses artefatos. No século XVIII, os museus começaram a se consolidar no formato que conhecemos atualmente. Ao longo do tempo, essas instituições, inicialmente voltadas à guarda e preservação de objetos, passaram por diversas transformações, especialmente no campo educacional, assumindo seu papel na interpretação da cultura, da memória e da formação dos indivíduos, além de contribuir para o fortalecimento da cidadania e do respeito à diversidade.

Para compreender melhor a dimensão educativa nos museus na perspectiva da relação “museu-sociedade” e o seu papel na formação identitária e cidadã, é importante apontar aqui alguns marcos da educação museal no Brasil, conforme disposto no Caderno da Política Nacional de Educação Museal (2018).

A publicação aponta o ano de 1927 como marco inicial da educação museal no país, com a implementação do Serviço de Assistência ao Ensino (SAE) no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Idealizado por Edgar Roquette-Pinto, então diretor da instituição, o SAE tinha como objetivo desenvolver práticas educativas que colaborassem com o aprendizado e o currículo escolar, estreitando as relações entre museu e escola. Vale a pena mencionar aqui

que o Serviço de Assistência ao Ensino do Museu Nacional está ativo até os dias de hoje, sendo o setor educativo mais antigo do país².

Quase 30 anos depois, em 1956, na cidade de Ouro Preto (MG), ocorreu o I Congresso Nacional de Museus, que tinha como pauta discussões conceituais e o entendimento do que era considerado “educação em museus”. Em 1958, o Museu de Arte Moderna do Rio (RJ) sediou o Seminário Regional Latino-Americano da Unesco sobre o papel dos museus. O relatório final desse encontro produzido por Georges-Henri Rivière, na época presidente do Conselho Internacional de Museus (ICOM), deixava clara a importância da construção de ações comprometidas com questões educacionais, sociais, econômicas e políticas. A partir desse relatório foi elaborada a Declaração do Rio de Janeiro, apresentando uma preocupação com as questões educativas no âmbito da Museologia e dos museus (Ibram, 2018).

O ano de 1972 representou um marco fundamental para o campo museológico latino-americano, com a realização da Mesa Redonda de Santiago do Chile. O evento abordou o papel dos museus na América Latina, defendendo o desenvolvimento de políticas públicas adaptadas à realidade local. A influência de Paulo Freire, presente no evento, foi decisiva para a formulação do conceito de “museu integral”, que propunha uma transição da relação homem-objeto para homem-sujeito, ativo na construção do passado, presente e futuro.

Entre 1980 e 1985 foi implementado o Programa Nacional de Museus, a primeira política pública específica de museus no Brasil. Este Programa contava com duas ações específicas: o Projeto de Integração, que fomentava e incentivava a relação continuada entre museu e ensino formal; e o lançamento das apostilas “Museu Educação”, em dois volumes, elaborada pelo Ministério da Educação (MEC).

Em 2003 foi lançada a Política Nacional de Museus (PNM), como um reflexo das discussões no campo museológico intensificadas nas décadas anteriores. Conforme disposto na publicação Política Nacional de Museus - Memorial e Cidadania (2003), o objetivo geral da PNM é:

Promover a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão sociais e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias

² Para saber mais sobre a história e o trabalho atualmente desenvolvido pelo SAE/MN/UFRJ, ver: <https://sae.museunacional.ufrj.br/>

constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do País (Ministério da Cultura, 2003, p. 8).

Nesse mesmo ano surgiu a Rede de Educadores em Museus (REM), no Rio de Janeiro, a partir da mobilização de educadores que buscavam articular-se em torno da formação, da troca de experiências e do debate sobre práticas e teorias relacionadas à educação museal.

E como uma intensificação desses debates, foi oficialmente criada, em 2017, a Política Nacional de Educação Museal (PNEM), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Fruto de uma ampla mobilização nacional, a PNEM surgiu da necessidade de orientar e fomentar práticas educativas em instituições museológicas, subsidiando a atuação de educadores.

A PNEM estabelece princípios fundamentais para o reconhecimento da educação museal como uma função estruturante dos museus, ao lado da preservação, pesquisa e comunicação. Busca também assegurar que a dimensão educativa esteja explicitamente integrada aos documentos institucionais e às práticas cotidianas das instituições, contribuindo para a formação cultural e cidadã da sociedade (Ibram, 2017).

Além disso, a política conceitua a educação museal como um processo de múltiplas dimensões, envolvendo teoria, prática e planejamento, em diálogo constante com o museu e com a comunidade. Nesse contexto, é essencial que cada museu mantenha um setor de educação estruturado, com equipe qualificada e multidisciplinar, que tenha status equivalente aos demais setores técnicos da instituição e esteja inserida nos processos decisórios, com dotação orçamentária própria. Cada museu é também incentivado a elaborar e revisar continuamente seu Programa Educativo e Cultural, alinhado ao Plano Museológico e adaptado às especificidades institucionais e aos públicos atendidos (Santos et al., 2022).

Esses princípios ressaltam a necessidade de que os museus funcionem como espaços de educação e promoção da cidadania, contribuindo para o desenvolvimento local e regional de forma integrada. No entanto, sua implementação ainda enfrenta desafios, como a escassez de dados sistematizados, dificultando a definição de parâmetros claros para avaliar seu impacto. Nesse cenário, Santos (2022) observa que:

Museu para a maioria dos professores e alunos, ainda permanece como “um local onde se guarda coisas antigas”. Do mesmo modo, o patrimônio cultural é compreendido como algo que se esgota no passado, cabendo às pessoas, sujeitos sociais, contemplá-lo, de maneira passiva, sem nenhuma relação com a vida, no presente. Cultura, patrimônio e tradição são produtos dissociados do

cotidiano do professor e da vida dos seus alunos (Santos, 2022, p.311).

Diante disso, as atividades educativas nos museus configuram-se como ferramentas essenciais, que vão muito além da mera atração de visitantes. Elas contribuem para a construção do conhecimento, proporcionando experiências de encantamento e entretenimento. Mais do que isso, possibilitam a revisão de atitudes, a transformação de percepções e o ressignificar de objetos, pessoas e das interações humanas. Nesse sentido, o papel do educativo nos museus seria também propiciar uma compreensão mais profunda e uma conexão mais significativa com o mundo que nos cerca.

Assim, com o intuito de tornar a narrativa das exposições museológicas mais compreensível e receptiva para o visitante, os museus constituem seu próprio Núcleo de Educação, que faz o papel de mediador entre o público e as exposições, com o objetivo final de cumprir sua proposta museológica. Tendo em vista existir, por detrás das obras, uma narrativa construída a partir de conceitos, teorias, valores e pressupostos, é necessário um esforço reflexivo para que seja estabelecido não apenas o diálogo com o visitante, e sim, principalmente, a compreensão da concepção do museu por meio dos objetos. E a ação educativa cumpre este papel de decodificação da exposição (Matos, 2014, p. 94).

Nesse sentido, o museu é compreendido como uma instituição educativa singular, capaz de gerar conhecimento a partir de uma construção narrativa própria. O setor educativo, portanto, não se limita ao ensino e à promoção da aprendizagem, mas atua como ponte para a reflexão e a construção de novas ideias, incentivando o pensamento crítico. Assim, o museu não deve ser visto como mera extensão da escola ou como suporte para outras práticas educacionais, mas como um espaço com projeto educativo autônomo.

O tratamento dado ao objeto museológico, desde sua seleção até sua interpretação, é o que confere à instituição seu caráter pedagógico (Meneses, 1994). A própria classificação dos museus como instituições de educação “não formal” os coloca, muitas vezes, em posição hierárquica inferior à da escola, sendo vistos apenas como espaços de “passeio cultural”. No entanto, muitos museus têm demonstrado sua potência como espaços legítimos de produção e sistematização do saber, inclusive por meio da criação de cursos acadêmicos e outras iniciativas formativas (Matos, 2014).

3. EXPLORANDO O MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS: DESAFIOS E POTENCIALIDADES DAS AÇÕES EDUCATIVAS

3.1. Apresentação do Museu dos Povos Indígenas

A localização do Memorial dos Povos Indígenas (MPI) em Brasília é estratégica, situado no Eixo Monumental da cidade, em frente ao Memorial JK e próximo ao Palácio do Buriti, sede do governo local. Essa posição privilegiada reforça sua importância simbólica como um espaço de representatividade e resistência dedicado aos povos indígenas. Sua idealização é de “um espaço concebido para mostrar ao Brasil e ao mundo que as culturas indígenas permanecem vivas e têm muito a ensinar sobre arte, sociedade e preservação do meio ambiente” (Distrito Federal, 2016 apud Pereira, 2017, p.36-37).

Atualmente, o MPI é uma instituição museológica cujo principal objetivo é destacar o papel fundamental dos povos indígenas na defesa de seus direitos, conforme estabelecido na Constituição Federal. Além disso, busca reafirmar a importância desses povos na construção e evolução contínua da sociedade brasileira, promovendo, reconhecendo e valorizando seu vasto patrimônio cultural.

[...] Desse modo, a vocação do MPI não é apenas reunir e abrigar peças pertencentes aos povos e culturas indígenas, tampouco retratar o passado. Ao contrário, o Memorial dos Povos Indígenas deve ser reconhecido como um espaço de referência para encontros e vivências entre povos indígenas, e como fomentador de intercâmbios entre inúmeras culturas e saberes vivos e presentes no tempo-espaço sociocultural do qual fazemos parte. (Projeto Culturas Vivas, 2018, p.1-2).

A ideia do MPI surgiu no início da década de 1980, com a proposta de transferir o Museu do Índio, localizado no Rio de Janeiro, para Brasília. O arquiteto Oscar Niemeyer foi incumbido de elaborar o projeto arquitetônico, que remete simbolicamente a uma maloca Yanomami. Sobre sua concepção, Niemeyer afirmou:

Quando me pediram para projetar o Museu do Índio, não vacilei. Tratava-se de uma obra diferente, destinada a levar a todos que a visitassem a história do índio brasileiro e sua trajetória dolorosa no país. O período colonial, com seus massacres sucessivos; a fase da extração da borracha, do ouro e das pedras preciosas, quando novamente o agrediram, levando-o, dizimado, às áreas mais distantes do Brasil. E, por fim, as penetrações fazendárias e capitalistas que ainda ocorrem, invadindo seus territórios indefesos. Mas o Museu do Índio lembrará também os que primeiro souberam defendê-lo; os que o louvaram com inventadas bravuras; os que, seguindo o exemplo de Cândido Mariano da Silva Rondon, dele se ocuparam abnegadamente, esclarecendo o problema do índio, dando-lhe uma nova e necessária escala, propondo soluções que preservem seus territórios, sua cultura e sua formação étnica nesse contato difícil com a civilização. (Módulo, 1982 apud Instituto Terceiro Setor, 2007, p. 36).

É relevante notar que, para a implantação do Memorial dos Povos Indígenas em Brasília, foi elaborado um "Plano-Diretor" em 1986, assinado por Berta G. Ribeiro. Este

plano já ambicionava resgatar e divulgar as tradições culturais e o legado dos indígenas do Brasil, visando preservar expressões mais autênticas da herança indígena, recuperar o patrimônio histórico-cultural milenar, ampliar o conhecimento da etnologia, e combater os estigmas e a discriminação.

O documento, que previa a constituição do acervo, atividades científicas e educacionais, e um plano de implantação, tinha a "ambição mais alta que a comunidade indígena e a sociedade nacional se orgulhem e se beneficiem do acervo de conhecimentos e bens culturais que o Museu se fará guardião". Além disso, o Plano Diretor de 1986 destacava a importância de "colocar a serviço do Museu os recursos modernos de comunicação audiovisual, a fim de criar a ambientação necessária à explicitação de sua mensagem" e de "estabelecer vínculos entre o Museu e instituições científicas, educativas e culturais". Previa, ainda, a interação Museu/Comunidade e Museu/Escola por meio da colaboração com a Universidade de Brasília e as Secretarias de Educação e Cultura do Distrito Federal, e a presença de profissionais como antropólogos, sociólogos, museólogos ou educadores com capacidade de estabelecer relações de horizontalidade com o público. Essas previsões do plano museológico elaborado por Berta G. Ribeiro, demonstram uma visão precursora para o papel educativo e social de um museu indígena na capital, o que torna ainda mais evidente a importância de um planejamento estratégico robusto para a instituição.

Durante o período de 1987 a 1999, o destino do prédio foi objeto de intensas negociações políticas, impulsionadas pelo interesse das autoridades em explorar as características arquitetônicas concebidas por Niemeyer para transformar o edifício em outros tipos de espaços. No entanto, essas propostas não obtiveram sucesso, levando ao fechamento do prédio por vários anos. Somente em 1999, o MPI foi estabelecido em Brasília, passando então a funcionar de maneira ininterrupta. (Pereira, 2017).

O MPI elabora narrativas que retratam um dos grupos sociais mais marginalizados do Brasil, e essas narrativas são geradas e disseminadas em um espaço privilegiado que a instituição ocupa. O museu se tornou um ponto de expressão para os povos indígenas, contando inclusive com gestores provenientes desses grupos. A sua inserção em um edifício de arquitetura moderna, emblemático do movimento modernista de Brasília, coloca em evidência um importante contraste: enquanto a proposta do museu é dedicada aos povos indígenas, sua localização se dá em uma região central do Distrito Federal historicamente marcada por processos de exclusão social e elitização (Menezes, 2021). Contudo, é precisamente neste contexto que o Memorial dos Povos Indígenas reafirma seu potencial

como um espaço de resistência e valorização das culturas indígenas, ao desafiar as narrativas hegemônicas e as lógicas de invisibilização.

É importante destacar que o MPI é uma instituição pública sob responsabilidade da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC-DF). Como parte da estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal, depende diretamente das diretrizes e da alocação de recursos humanos por parte da Secretaria. Enfrenta, contudo, grandes desafios de gestão, principalmente em virtude da carência de servidores efetivos. O último concurso público da SECEC ocorreu em 2014 (Diário Oficial do Distrito Federal, 2014) e, desde então, não houve reposição adequada do quadro funcional. Essa limitação compromete a execução de ações regulares nas áreas de mediação cultural, atendimento ao público, manutenção e desenvolvimento de projetos educativos, evidenciando a fragilidade institucional e a dificuldade de consolidar práticas museais consistentes (Freitas; Costa, 2020).

3.2. Um diagnóstico das ações educativas no Memorial dos Povos Indígenas

Durante o período de estágio e da pesquisa, no qual frequentei o museu quase diariamente, pude perceber e analisar alguns desafios que pautam o trabalho educativo no MPI. Antes de tudo, é importante destacar que, no momento da realização da pesquisa, o museu não contava com um setor educativo estruturado. No entanto, observei um esforço da instituição em promover ao menos visitas mediadas voltadas para o público escolar. Tais visitas são realizadas tanto por membros da equipe administrativa do MPI quanto por uma professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal, cedida ao museu por meio do Projeto Territórios Culturais, apresentado mais adiante.

Devido à especificidade do acervo, muitos funcionários relataram insegurança e desconforto ao realizar mediações com o público visitante. Expressaram preocupação quanto à falta de preparo para mediar exposições compostas por objetos indígenas, mencionando dificuldades em compreender as linguagens e representações culturais das diversas comunidades. Também destacaram a escassez de informações nos registros documentais do acervo, o que os impede de responder de forma adequada às perguntas dos visitantes.

As reflexões do professor Rodrigo Suess, apresentadas em seu artigo “Educação Patrimonial: Perspectivas e ações no âmbito das Políticas Públicas da Secretaria de Educação do Distrito Federal” (2020), descrevem que essa perspectiva individual dos funcionários revela a necessidade de um maior suporte e capacitação para lidar com os desafios específicos enfrentados no contexto do Memorial dos Povos Indígenas.

O Projeto Territórios Culturais, uma iniciativa conjunta da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), oferece uma oportunidade para envolver educadores em museus, incentivando a participação de professores e alunos em atividades educativas que transcendem o ambiente escolar, como visitas a instituições museológicas. Dessa forma, ao participar deste projeto, os educadores têm a chance de enriquecer sua prática pedagógica, explorando novas abordagens de ensino e aprendizagem em um contexto real e significativo.

Portanto, a integração dos museus nos currículos escolares por meio desses projetos pode contribuir significativamente para superar as dificuldades relatadas pelos funcionários do Memorial dos Povos Indígenas, proporcionando um suporte educacional mais abrangente e eficaz. Assim, o Projeto Territórios Culturais visa contribuir para um melhor funcionamento dos museus, principalmente das instituições em que não há um setor educativo estruturado e que, para não deixar essa dimensão educativa descoberta, destacam funcionários de outras áreas para suprir essa demanda, como no MPI. De acordo com Vanessa Freitas e Luiz Fernando Costa, professores e membros da Equipe Gestora do Nível Central responsável pela Política de Educação Patrimonial da SEEDF:

O Projeto Territórios Culturais oferece uma dimensão pedagógica alternativa que amplia as possibilidades de ensino e aprendizagem em espaços culturais simbólicos do Distrito Federal. Pretende-se oportunizar aos estudantes da rede pública de ensino a construção de saberes relativos ao patrimônio cultural - corroborando para a consolidação de noções de pertencimento, de identidade e de memória. O Projeto permite a integração entre as Unidades Escolares e os diversos espaços culturais do Distrito Federal favorecendo a apreciação, a reflexão crítica, a experimentação e a fruição artística dos estudantes por meio de ações pedagógicas interdisciplinares desenvolvidas em conformidade com os pressupostos teóricos do Currículo em Movimento da Educação Básica e da Política de Educação Patrimonial. (Freitas; Costa, 2020, p.41).

O projeto recebe o nome Territórios Culturais devido à sua abordagem, que vai além dos espaços culturais tradicionais, considerando-os como verdadeiros territórios culturais. Isso se alinha à perspectiva da educação patrimonial, enfatizando questões de identidade, memória e pertencimento a um lugar ou território específico (Almeida, 2020). De acordo com o site oficial da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC-DF), o projeto "Territórios Culturais" está em consonância com a Lei nº 4.920/2012, que regula o acesso dos estudantes da rede pública de ensino do DF ao patrimônio artístico, cultural, histórico e natural da região. Além disso, o projeto fortalece a política de educação patrimonial da Secretaria de Educação, conforme estabelecido pela Portaria nº 265/2016.

Inicialmente, os espaços contemplados incluíam o Museu Nacional da República, Cine Brasília, Centro Cultural Três Poderes, Memorial dos Povos Indígenas, Museu do Catetinho e Museu Vivo da Memória Candanga, cada um com um professor da SEEDF responsável por temáticas específicas. Com o tempo, contudo, o projeto foi sendo reduzido, e atualmente nem todas essas instituições contam com um educador da rede.

No MPI, o projeto aborda a temática da influência da cultura indígena na identidade brasileira, trazendo algumas questões provocadoras para o público escolar, tal como: "os indígenas pararam no tempo?". Este enfoque está em sintonia com a Lei 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade da inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo escolar de toda educação básica. Utilizando estratégias como "usando as palavras certas", o projeto busca uma imersão no universo cultural indígena, evidenciando expressões como dança e música, assim como objetos do acervo museológico que narram histórias significativas. Essa abordagem não apenas destaca a importância da diversidade cultural na formação da identidade nacional, mas também promove a valorização e o reconhecimento dos saberes e tradições dos povos indígenas na sociedade contemporânea brasileira.

Apesar de não ter tido acesso ao Plano Museológico do Memorial dos Povos Indígenas e, portanto, não ter tido a oportunidade de analisar o seu Programa Educativo e Cultural vigente, foi possível observar que o processo de aprendizagem que ocorre no Memorial dos Povos Indígenas é, em geral, mediado por objetos. Essa é uma estratégia bastante interessante, pois o objeto em si não precisa de um texto para contar sua história, ele fala por si só, oferecendo a possibilidade de trabalhar o imaginário dos visitantes e a história dos povos indígenas, pelas suas experiências anteriores, pela cultura e a formação. O professor da Universidade Federal do Ceará, Francisco Régis Lopes Ramos destaca que:

O objetivo primeiro do trabalho com o objeto gerador é exatamente motivar reflexões sobre as tramas entre sujeito e objeto: perceber a vida dos objetos, entender e sentir que os objetos expressam traços culturais, que os objetos são criadores e criaturas do ser humano. Ora, tal exercício deve partir do próprio cotidiano, pois assim se estabelece o diálogo, o conhecimento do novo na experiência vivida: conversa entre o que se sabe e o que se vai saber – leitura dos objetos como ato de procurar novas leituras. (Ramos, 2004, p.4)

O autor afirma que a verdadeira natureza dos objetos reside em suas interações com outros objetos e com os seres humanos, enfatizando que discutir objetos é, em essência, discutir nossa própria trajetória histórica. A abordagem educacional centrada no objeto gerador sugere, em primeiro lugar, uma investigação das conexões entre o objeto e aquele que o escolheu. Esse processo gradualmente conduz a formas criativas de expressão,

incluindo a análise das relações entre objetos do passado e do presente, bem como uma reflexão sobre as fronteiras temporais. Essas práticas, por sua vez, fomentam uma visão mais crítica das exposições museológicas, ampliando as percepções e as visões.

Franciso Regis Lopes Ramos (2004) aborda de forma perspicaz a relação entre objetos e nossa compreensão da história, destacando a importância de uma abordagem educacional que valorize essa conexão. A ênfase na análise crítica das exposições museológicas como resultado dessas práticas é especialmente relevante, pois sugere uma maneira de enriquecer nossa compreensão do passado e do presente por meio dos objetos.

Quando associamos o conteúdo presente nos livros didáticos, que há séculos constituem o primeiro contato de muitos alunos com a temática indígena, percebemos, conforme Grupioni (1995), que esses materiais são precários e inadequados na abordagem da diversidade étnica e cultural do Brasil. Esses livros frequentemente ignoram os estudos realizados sobre os povos indígenas, resultando em possíveis reproduções de preconceito, desinformação e discriminação. Em uma pesquisa mais recente, Santos (2019) analisou livros didáticos de História para o Ensino Médio, a fim de verificar como os indígenas brasileiros são representados por meio das imagens. A autora observou que as imagens são genéricas e apresentam as diferentes etnias indígenas como se todas compartilhassem a mesma identidade e cultura. Ela afirma que:

O livro didático tornou-se um mecanismo de reprodução e manutenção da forma dominante de visualizar o 'índio brasileiro', a ideia de identificar e representar povos indígenas como únicos. Consideramos haver uma imagem social do que é ser indígena e de sua identidade apartada da complexidade, fluidez e dinamicidade das ações e práticas sociais de tal indivíduo. (Santos, 2019, p. 462)

Diante desse fato o visitante já tem uma ideia formada sobre a população indígena, muitas vezes simplificada e estereotipada. Com isso os visitantes já trazem consigo significados pessoais dos objetos, sociais, políticos e que para eles fazem sentido de acordo com seu próprio modo de ver o mundo.

A partir dessa concepção é interessante que o educativo estabeleça uma relação dialógica com o seu público, buscando considerar os conhecimentos prévios a respeito das tradições e sabedorias dos povos indígenas em sua diversidade. Entendemos, portanto, que é essencial, durante uma mediação, que o educador entre em contato com diversas perspectivas dos visitantes sobre a temática. Dessa forma, a mediação pode promover e facilitar o diálogo entre o grupo e, assim, criar uma base entre o que é coerente e significativo para a comunidade indígena e a população não-indígena, que muitas vezes têm visões

estereotipadas e reduzidas sobre os povos originários. Com isso, é possível oferecer experiências apropriadas de aprendizagem, nas quais os conhecimentos dos visitantes/estudantes podem ser explorados e aumentados por meio de uma conversa dialógica, de quem ouve e dá voz.

Apesar de o acervo do MPI ser rico em objetos das culturas indígenas, percebemos uma lacuna na comunicação expográfica que leva a uma ideia de homogeneização da diversidade cultural que caracteriza os povos originários brasileiros. Na exposição de longa duração do museu não há identificação sobre as peças expostas ou textos que contextualizam sua proveniência, origem ou etnia. Quem chega ao museu se depara com um salão rico de artefatos, mas não se conecta com a história e memória dos povos originários ou suas lutas. Assim, os objetos expostos ficam equivocadamente sendo uma peça somente para expor sua beleza e seu valor estético, mas que não apresenta uma narrativa que vá além de uma visão eurocêntrica dos povos indígenas. Diante dessa fragilidade observada no museu, os questionamentos sobre a real finalidade do memorial vêm à tona, logo que quando referimos a memorial no sentido literal da palavra deparamos com a seguinte definição: relato de memórias. Onde estão as memórias indígenas nesse espaço museológico?

Seria, então, o objetivo deste museu ser apenas expositivo? O visitante que chega ao museu deve apenas observar as peças expostas e tirar fotos a partir de sua apreciação estética? O que pode ser feito para que realmente o memorial seja atrativo não somente pelas peças ali expostas, mas porque realmente guarda e dá voz aos povos indígenas, suas memórias, suas artes e suas lutas? Qual é o papel do educativo no museu? O educativo é somente para o público escolar? Se sim, como fica o público não escolar?

Diante desses questionamentos, ressaltamos a importância do papel do educador museal, que tem a possibilidade de suprir algumas lacunas existentes na expografia do museu e na (ausência de) narrativa por meio de uma ação pedagógica que mobilize temas, conceitos e conteúdos relacionados com a memória indígena. Quando aplicamos as ideias de Paulo Freire ao contexto do MPI, confrontamo-nos com as contradições sociais que permeiam nossa sociedade. Essas contradições se manifestam através de situações de opressão e injustiça, que são reflexos das desigualdades sociais presentes na estrutura capitalista. O MPI, um espaço destinado a celebrar e valorizar a população indígena, acaba sofrendo as consequências dessa realidade contraditória. A falta de infraestrutura, de profissionais qualificados e de investimento é um reflexo dessas desigualdades, o que compromete a

capacidade do MPI de cumprir seu papel de destacar a importância dos povos indígenas para o Brasil.

Com isso, compreender o papel do educativo dentro deste espaço museológico é importante para traçar caminhos junto com os profissionais que lá trabalham. Ao compreender a educação como mecanismo de transformação social, é essencial enxergar o ser humano não apenas como um mero receptor de informações, mas como um sujeito ativo na construção de sua própria história. Como resultado, ele se torna capaz de problematizar suas relações com questões fundamentais, como as lutas dos povos indígenas, a importância da preservação ambiental e a compreensão histórica do Brasil sob a ótica do oprimido e não apenas do opressor.

O MPI não possui um programa educativo e cultural próprio e carece de pessoal para atuar no setor educativo. Atualmente, depende exclusivamente de projetos com outras instituições e parcerias, como a firmada entre a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Educação para a implantação do Projeto Territórios Culturais. Consolidar um Programa Educativo e Cultural próprio do MPI não é uma tarefa fácil. Partindo da concepção que o papel social dos museus é também educacional, e que deve haver uma cooperação no qual os processos pedagógicos são dialogados e o conhecimento é construído coletivamente, entendo que o primeiro passo é a escuta dos envolvidos no processo: a comunidade indígena. Essa escuta colaborativa permite acessar as experiências, percepções e os pensamentos dos sujeitos envolvidos nas ações e na construção do Programa Educativo e Cultural do Memorial. Segundo ponto é investigar quem são os sujeitos que fazem parte, ou potencialmente poderiam fazer, da comunidade do museu. Com um grupo estruturado e ativo, pode-se trabalhar coletivamente na organização de uma metodologia para discutir, elaborar e definir o Programa.

A ação educativa que pode ocorrer no MPI deve ser realizada a partir do desejo incessante de aguçar a curiosidade dos visitantes pela história contextualizada nas lutas e preservação das culturas indígenas por meio dos objetos ali expostos, promovendo uma aprendizagem significativa, estimulando o estudante/visitante a perguntar, a conhecer. Segundo a historiadora e museóloga Adriana Mortara Almeida (1997), essa ação educativa é fundamental nos processos de comunicação museológica e deve estar alinhada com o discurso expositivo, assim como com as publicações e demais meios de divulgação do museu. O educador de museu pode empregar uma variedade de estratégias baseadas em diferentes abordagens pedagógicas. Diversas linhas pedagógicas, como a construtivista,

piagetiana e montessoriana, podem ser adaptadas para o contexto museológico, oferecendo assim possibilidades diversas de engajamento e aprendizado.

4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Considerando as lacunas, desafios e potencialidades identificados anteriormente no âmbito do MPI e sua função educativa, proponho uma abordagem pedagógica para professores que desejam levar seus alunos ao museu. Esta proposta consiste na elaboração de uma sequência didática direcionada aos anos iniciais do ensino fundamental. É importante ressaltar que, atualmente, o programa educativo do MPI está vinculado exclusivamente ao Projeto Territórios Culturais, no contexto da educação patrimonial, desde a sua aprovação. Portanto, é importante considerar que a continuidade do programa educativo está condicionada à vigência do projeto; caso este chegue ao término ou não seja renovado, o funcionamento do programa educativo poderá ser interrompido, a menos que surjam novas propostas ou renovações.

Ao elaborar a sequência didática, minha principal intenção foi propor uma visita/atividade educativa dialogada, em que o objetivo principal não seja simplesmente "ensinar" sobre o conteúdo já discutido em sala, mas sim facilitar que a aprendizagem ocorra de maneira simples e lúdica, permitindo que cada estudante aprenda enquanto se diverte. De forma similar, a sequência didática permite que os professores, antes da visita, integrem as atividades do museu ao currículo escolar, transformando-o em uma ponte para o intercâmbio dialógico de conhecimentos e para a reflexão crítica sobre a história e a prática. Assim, tanto alunos quanto professores podem construir, individualmente e em grupo, uma conexão significativa com o conteúdo apresentado, escolhendo explorar o museu como um todo e, assim, potencializar o aprendizado e, conseqüentemente, melhorar a comunicação e a aprendizagem sobre os povos indígenas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca a importância do uso de metodologias ativas, especialmente no ensino de História, e considera os museus como uma das opções para aplicar essas abordagens. Além disso, a BNCC permite que os professores, ao ensinarem História, incorporem conceitos de cidadania com o auxílio dos museus. Esses documentos são fundamentais por serem oficiais e orientarem a organização do ensino em todo o país. De acordo com a BNCC, para que os alunos do ensino fundamental possam exercer plenamente a cidadania, é essencial que desenvolvam uma compreensão da

diversidade que caracteriza a sociedade brasileira. Essa compreensão levaria ao respeito pelas diferenças e à promoção de uma convivência pacífica. Afinal, a BNCC destaca que esse é um princípio pedagógico fundamental da educação básica:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (Brasil, 2017, p. 09).

Por meio dessa compreensão, os alunos poderiam analisar e, conseqüentemente, intervir na realidade em que estão inseridos. Em última análise, o desenvolvimento da cidadania, como potencializador, pressupõe a intervenção consciente dos alunos na realidade. Essa intervenção deve ser, como afirmado pelo documento oficial, "[...] consciente, crítica e participativa" (BRASIL, 2017, p. 62), ou seja, uma ação que instrumentaliza a mudança na realidade.

É de suma importância que os conteúdos propostos na sequência didática estejam vinculados ao Currículo em Movimento do Distrito Federal (2018). Este Currículo prevê, no âmbito do Ensino Fundamental I, para o 2º ano, na disciplina de História, o seguinte objetivo de aprendizagem:

Reconhecer semelhanças e diferenças entre jogos e brincadeiras atuais e de outras épocas e lugares. [...] Perceber e respeitar as diversidades socioculturais, políticas, étnico-raciais e de gênero que compõem a sociedade atual (Distrito Federal, 2018, p. 282 -283).

Já o conteúdo é explícito em demonstrar a busca pela diversidade social:

Reconhecimento do contexto da desigualdade étnico racial, sociocultural e de gênero na sociedade, destacando as comunidades locais, rurais, quilombolas, indígenas e outras na região em que vive (Distrito Federal, 2018, p. 282).

Dessa forma, o documento ressalta, de forma explícita, a importância do uso dos museus para a identificação e valorização das identidades que desempenharam um papel crucial na formação da capital, mesmo antes de Brasília existir como tal, destacando especialmente os grupos cujas identidades foram apagadas ao longo do tempo.

Portanto, a proposta de intervenção visa à desconstrução de narrativas, especialmente aquelas relacionadas aos povos indígenas, como um exercício fundamental para compreender a diversidade cultural e social. Propor uma visita ao MPI com o objetivo de dismantlar estereótipos e reconsiderar preconceitos emerge da própria história do museu, reconhecendo que as narrativas sobre os povos originários são frequentemente moldadas por

uma perspectiva colonial eurocêntrica. Essa perspectiva não apenas desvaloriza suas culturas, mas também perpetua uma série de mitos e controvérsias sobre suas lutas.

Primeira etapa: iniciando a conversa

A introdução à temática sobre os povos indígenas, planejada para a primeira etapa da visita, requer uma preparação cuidadosa para garantir uma experiência educacional significativa. A sala deve ser organizada em formato “U” para facilitar a interação e a visualização. A atividade inicial consiste em uma discussão guiada, na qual o professor fará perguntas aos alunos, tais como: "O que é um indígena?", "Já ouviram falar dessa palavra antes?", "Vocês conhecem alguém que é indígena ou já ouviram histórias sobre os indígenas?", "Vocês sabiam que existem várias etnias indígenas, cada uma com sua própria cultura e tradições?". As respostas dos alunos serão registradas no quadro, destacando os pontos principais levantados durante a discussão. Este momento, com duração estimada de 20 minutos, visa engajar os alunos e introduzir a temática de forma interativa e participativa. Depois, será apresentado o MPI aos alunos e informado sobre a visita.

É fundamental compreender que a visita ao museu começa muito antes da chegada dos alunos ao local e se estende além desse momento. A qualidade da atividade e seu impacto pedagógico dependem do planejamento meticuloso do professor. A antecipação das ações orienta a atenção dos alunos para as atividades didáticas, potencializando a experiência vivida. Assim, destacamos que um bom planejamento deve incluir uma visita prévia do professor ao museu para conhecer o local e identificar as possibilidades de atividades educativas. Além disso, é crucial comunicar claramente aos alunos o foco da atividade. A visita ao museu deve estar articulada com as atividades didáticas realizadas em sala de aula, alinhada aos conteúdos que estão sendo estudados.

O planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social. “[...] A ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo; é, antes, a atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas, e tendo como referência permanente as situações didáticas concretas” (Libâneo, 2008, p. 222).

Portanto, propõe-se que, antes da visita ao museu, a turma seja mobilizada em sala de aula por meio de indagações, questões e debates que requeiram informações disponíveis na exposição. Essa abordagem assegura que a visita ao museu seja uma extensão integrada e significativa do aprendizado em sala de aula.

Segunda etapa: Visita ao Memorial dos Povos Indígenas

A integração entre museus e escolas desempenha um papel crucial na formação educativa dos alunos, promovendo um aprendizado significativo e contextualizado. Segundo Santos (2018), em "Desafios da relação museu-escola", e de acordo com a BNCC, essas visitas enriquecem o conhecimento cultural e histórico dos alunos, fomentando habilidades como observação, interpretação e reflexão crítica.

Ao construir uma sequência didática que tenha um momento para relacionar o Memorial dos Povos Indígenas com a temática do patrimônio cultural, existe a opção de contar a história de Brasília, de falar sobre como o MPI foi construído e ressaltar seu projeto arquitetônico, sua importância para a história da capital, enfim, sempre pensando no patrimônio e na história oficialmente contada. Optamos por propor ações concretas que envolvessem conceitos que definimos como chaves: identidade, memória, patrimônio e cultura. A criação de uma sequência didática junto a um roteiro de visita possibilita essa conexão entre a pesquisa e a concretização do trabalho em sala de aula.

Antes da visita ao MPI, é essencial organizar os alunos em grupos e informá-los sobre as regras do museu, como não tocar nas peças, destacando a importância de preparar os alunos para a experiência em museus. Informações sobre o transporte e a leitura prévia do roteiro auxiliam no engajamento dos alunos e na orientação sobre os pontos importantes a serem observados. Na impossibilidade de agendar a visita ou caso o professor opte por liderá-la, um pequeno roteiro com fotos do espaço pode ser disponibilizado para auxiliar no conhecimento prévio do ambiente. Durante a visita, a interação com o roteiro e as explicações fornecidas contribuirão para um aprendizado mais profundo. Momentos de reflexão e integração, como um lanche coletivo no gramado do museu, são recomendados para consolidar o aprendizado e fortalecer os laços sociais.

Terceira Etapa: o retorno à sala de aula

O momento pós-visita procura dialogar diretamente com a percepção das crianças sobre o MPI, colocando o aluno como agente desse processo. Essa metodologia se dá a partir da coleta de relatos e histórias sobre como cada aluno observou e sentiu o espaço, entrelaçando essas impressões com suas próprias realidades, como forma de guardar memórias individuais e coletivas em prol da aprendizagem.

O momento pós-visita tem como objetivo, e, ao mesmo tempo, como necessidade, que as crianças/alunos se entendam como agentes de preservação, mas, sobretudo, é importante que eles se vejam como construtores e donos desse patrimônio. Pensar a escola

e o momento de aprendizado fora dos muros escolares, com ações concretas, é essencial para que futuras gerações encontrem no patrimônio referências para a construção de sua identidade social.

A atividade, que chamaremos de "Descobrimo o Memorial dos Povos Indígenas a partir da percepção das crianças", permite que os alunos expressem suas impressões por meio de desenhos e registros, promovendo a reflexão e a valorização da cultura indígena. Além disso, a montagem de um mural coletivo com palitos de picolé pintados com tintas naturais integra arte e aprendizagem, reforçando os conceitos explorados durante a visita. Esse processo de revisão e expressão artística contribui para o desenvolvimento de habilidades críticas e criativas, fortalecendo o vínculo dos alunos com o conteúdo cultural abordado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a dimensão educativa do Memorial dos Povos Indígenas (MPI), buscando compreender seu papel como espaço de construção de memórias, valorização das culturas indígenas e promoção da cidadania. A partir das vivências proporcionadas pelo estágio supervisionado e pelo processo de pesquisa, foi possível evidenciar tanto as potencialidades quanto os desafios enfrentados pelo museu em suas ações educativas.

Durante a elaboração deste TCC, buscou-se atualizar as informações referentes ao setor educativo do MPI, considerando que, desde 2024, uma nova empresa passou a ser responsável por esse serviço. Contudo, até a finalização da pesquisa, não houve retorno institucional que esclarecesse as diretrizes ou os projetos em desenvolvimento. Constatou-se que o museu ainda carece de um setor educativo próprio, estruturado e permanente, bem como da presença de pedagogos em sua equipe. As ações educativas, até então, eram realizadas sobretudo por meio de projetos externos ou com o apoio de uma professora cedida pela Secretaria de Educação — cenário que evidencia a fragilidade da estrutura interna voltada à educação.

Esse contexto reforça a urgência de consolidar um setor educativo estável e qualificado no MPI, à semelhança de outros museus, assegurando a continuidade e a sistematização das práticas pedagógicas em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Educação Museal. Reforça-se, ainda, a importância de políticas públicas que garantam condições institucionais adequadas para o fortalecimento dessas ações.

Além de responder à inquietação inicial sobre o papel do pedagogo em espaços não escolares, esta pesquisa reafirma o valor dos museus como territórios vivos de aprendizagem, espaços de memória e arenas de lutas sociais. No caso do MPI, seu papel é fundamental na valorização, visibilidade e resistência cultural dos povos indígenas, oferecendo um ambiente em que suas histórias, saberes e reivindicações podem ser reconhecidos e compartilhados. A presença de gestores indígenas contribui para a autenticidade das exposições e das atividades, fomentando um diálogo mais representativo com o público. Destaca-se, ainda, a relevância de projetos como o Território Culturais, que promovem a integração entre profissionais da educação e instituições museológicas, enriquecendo as práticas educativas e ampliando seu alcance.

Por fim, esta pesquisa representou um marco importante em minha formação acadêmica, ao ampliar minha compreensão sobre os múltiplos espaços de atuação do pedagogo para além da escola. A constatação da ausência de pedagogos e de um setor educativo estruturado no MPI revela o quanto é necessário reconhecer e fortalecer esses espaços como campos legítimos de atuação pedagógica, com potencial para contribuir com a formação integral dos sujeitos e para a promoção da cidadania.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana Mortara. “Desafios da relação museu-escola”. In: **Comunicação & educação**, n. 10, p. 50-56, 1997.

ALMEIDA, Littbarski de Castro. **A periferia urbana como lugar da educação patrimonial: o ensino de História no Grande Bom Jardim**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Lei 11.645 de 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm?msckid=0c0d30> . Acesso em 12/08/2024.

CAI, Y. What is in a Museum Definition? Reflections on ICOM’s New Museum Definition. *Museological Review*, 24, 2020. Disponível em: <https://le.ac.uk/museumstudies/about/journals/museological-review>. Acesso em: 20 abril. 2025.

CAVALCANTI, Anna Hartmann. Memória e criação em Nietzsche. In: Dodebei, V., Farias, F. R. de, & Gondar, J. (orgs). **Revista Morpheus** - Estudos Interdisciplinares em Memória Social, 9(15). Disponível em <https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/5475> , acesso em 18/06/2025.

DISTRITO FEDERAL. Portaria n. 265 DE 16 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/b8793aeb6e8e4bc5aa7817849384073f/Portaria_26_5_16_08_2016.html>. Acesso em: 16 jul. 2024.

DISTRITO FEDERAL. Diário Oficial do Distrito Federal, n. 150, 7 ago. 2014. Seção 3. Disponível em: <https://www.dodf.df.gov.br>. Acesso em: jun. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do DF. **Currículo em Movimento do Distrito Federal - Ensino Fundamental: Anos Iniciais - Anos Finais**. 2. ed. Brasília, 2018.

Dodebei, V., Farias, F. R. de, & Gondar, J (orgs). **Revista Morpheus** - Estudos Interdisciplinares Em Memória Social, 9(15). Disponível em <https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/5475> , acesso em 18/06/2025.

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia como ciência da educação**. 2. ed. São Paulo:Cortez, 2008.

FERREIRA, Carlos Augusto; SOUZA, Adriana; PINHEIRO, Sandra Regina. História e Memória: tecendo caminhos do documentário Os Guardiões da Lagoa. In: MOLINA, Ana Heloísa; LUZ, José Augusto Ramos (orgs). **Museus e lugares de memória**. Jundiaí: Paco, 2018.

FREITAS, Vanessa Nascimento. COSTA, Luís Fernando Celestino da. **Projeto Territórios Culturais: Educação Patrimonial e Museal no Distrito Federal**. Revista Com Censo #20, v.7, n.1, p. 36-44, mar.2020.

GRUPIONI, L. D. B. “Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil”. In: SILVA, A. L. da; GRUPIONI, L. D. B. **A temática indígena na escola**. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 481-525.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília/DF: IBRAM, 2018.

INSTITUTO TERCEIRO SETOR (org.). **Memorial dos povos indígenas: maloca moderna**. Brasília, 2007. Disponível em: <https://seculosindigenasnobrasil.files.wordpress.com/2010/07/hist_mem_povos_indig1.pdf>. Acesso em: 21 de agosto de 2024.

LIBÂNEO. José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

Libâneo, J.C. **Pedagogia e pedagogos, para que?** 12. ed. - São Paulo. Cortez, 2010.

MATOS, Isla Pereira. Educação Museal: O caráter pedagógico do museu na construção do conhecimento. In: **Brazilian Geographical Journal**, Ituiutaba, v. 5, n. 1, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/23630>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MENEZES, Higor da Silva. **Memorial dos Povos Indígenas em Brasília: uma análise da arquitetura moderna em uma relação complexa com a instituição museu**. Trabalho de Conclusão de Curso em Museologia. Universidade de Brasília, 2021.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico**. Anais do Museu Paulista, v.2, p. 9-42, 1994.

Mello, J. C. de, & Jesus, P. M. de. (2021). O Museu como memórias plurais e resistência cultural no Ensino de História. In: **Revista Diálogo Educacional**, 21(69). Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/27968> . Acesso em 18/06/2025.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política Nacional de Museus - Memória e Cidadania**. Brasília: MinC, 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cadernos-e-revistas/politica-nacional-de-museus-2013-memoria-e-cidadania> , acesso em 18/06/2025.

Museu do Índio de Brasília: Plano Diretor. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/museu-do-indio-de-brasilia-plano-diretor>>. Acesso em: 09 jul. 2025.

PEREIRA, Rayssa de Souza. **A gestão do Memorial dos Povos Indígenas em Brasília 2016-2017: análise conforme a Lei 11.904/2009 (Estatuto Brasileiro de Museus)**. Trabalho de Conclusão de Curso de Museologia. Universidade de Brasília, 2017.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992.

PROJETO CULTURAS VIVAS. **Caderno do visitante do Memorial dos Povos Indígenas.** Disponível em: <https://projetculturasvivas.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/08/miolo_cadernodovisitante_mpi.pdf> . Acesso em 20 de agosto de 2024.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. **A danação do objeto.** Chapecó: Argos, 2004.

SANTOS, Rosângela Daiana dos, et al. **Educação Patrimonial:** buscando a ressignificação do Museu Municipal de Serranópolis do Iguaçu (PR) com a comunidade e a trajetória histórica do município. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade. UFRRJ, 2022.

SEVERO, J. L. R. de L. **Pedagogia e educação não escolar no Brasil:** crítica epistemológica, formativa e profissional. 2015. 265 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

SANTOS, N. N. de B. “A identidade indígena brasileira por meio das imagens do livro de história”. In: **Revista História e Ensino.** Londrina, v. 25, n. 02, p. 449-473, jul./dez. 2019.

SUANO, Marlene. **O que é museu.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

SUESS, Rodrigo Capelle; DE SOUZA, Raquel Sá Rodrigues. “Educação patrimonial: perspectivas e ações no âmbito das políticas públicas da Secretaria de Educação do Distrito Federal”. In: **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal,** v. 7, n. 1, p. 88-99, 2020.

ANEXO I – ROTEIRO DE VISITA

Roteiro de Visita ao Memorial dos Povos Indígenas

Preparação:

Antes de tudo, o professor deve se aprofundar na história do Memorial dos Povos Indígenas. Para isso é indicado que o professor leia o livro sobre o Memorial dos Povos Indígenas disponível no seguinte link para que ele tenha conhecimento sobre a história do local e seu espaço físico: Memorial dos Povos Indígenas: Maloca Moderna. Disponível em: https://seculosindigenasnobrasil.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/07/hist_mem_povos_indig1.pdf.

É crucial compreender que o MPI é um espaço concebido para mostrar que as culturas indígenas permanecem vivas e têm muito a ensinar sobre arte, sociedade e preservação do meio ambiente. O museu busca destacar o papel fundamental dos povos indígenas na defesa de seus direitos e na construção contínua da sociedade brasileira, promovendo e valorizando seu vasto patrimônio cultural. Ele não se destina apenas a abrigar peças ou retratar o passado, mas a ser um espaço de encontros e vivências entre povos indígenas, fomentando intercâmbios entre culturas e saberes vivos do passado, presente e futuro.

Roteiro:

Hall de Entrada:

1. Chegada ao Memorial:



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023)

Inicie a visita pelo hall de entrada. Após subir a rampa, os alunos se depararão com uma estátua de um guardião do local em tamanho real, segurando uma lança.

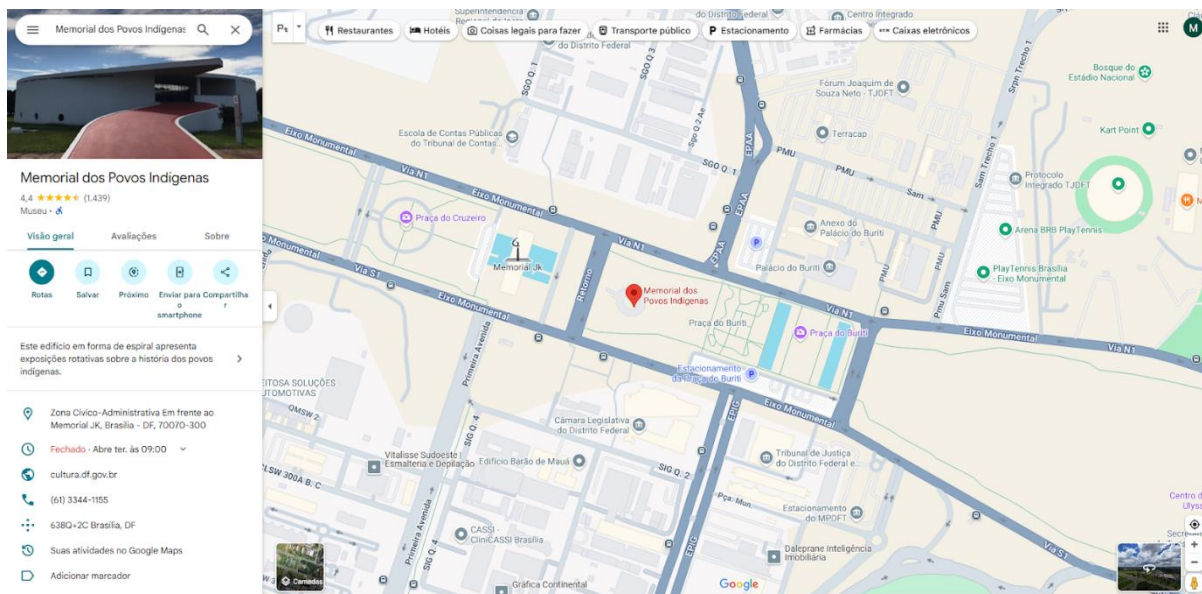
- Mostre a estátua para as crianças.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023)

2. Localização do Memorial:

- Próximo à entrada do salão de exposição, reúna as crianças em círculo e fale um pouco sobre a localização do memorial.
- Explique que o Memorial dos Povos Indígenas está estrategicamente localizado no Eixo Monumental de Brasília, na Zona Cívico-Administrativa, em frente ao Memorial JK e próximo ao Palácio do Buriti, a sede do governo local. Essa posição privilegiada reforça sua importância simbólica.
- Mostre para as crianças o Memorial JK apontando com o dedo e explique que ele conta uma parte da história da capital, a vida e a trajetória de JK, além de alguns de seus pertences.



3. História do Memorial:

- Volte a falar sobre o Memorial dos Povos Indígenas. Explique que o Memorial foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, e sua arquitetura remete simbolicamente a uma maloca Yanomami.
- Comente que a ideia para o MPI surgiu no início da década de 1980, com a proposta de transferir o Museu do Índio do Rio de Janeiro para Brasília. Niemeyer, ao conceber o projeto, visava contar a história dolorosa dos indígenas brasileiros, desde os massacres coloniais até as invasões de seus territórios na busca por borracha, ouro e pedras preciosas, e as penetrações fazendárias e capitalistas que ainda ocorrem.
- É importante mencionar que, entre 1987 e 1999, o destino do prédio foi alvo de intensas negociações políticas, com propostas para transformá-lo em outros tipos de espaços, mas essas tentativas não tiveram sucesso. O prédio permaneceu fechado por vários anos e somente em 1999, o MPI foi finalmente estabelecido em Brasília, passando a funcionar de forma ininterrupta.

Salão de Exposições:

- **Introdução e Observação Inicial:**

- Ao entrar no salão de exposições, apresente as crianças à riqueza da arte plumária indígena, bem como às máscaras e instrumentos musicais que compõem o acervo. O MPI não se limita

a peças do passado; ele busca ser um espaço de referência para encontros e vivências entre os povos indígenas e um fomentador de intercâmbios culturais, destacando saberes vivos e presentes.

◦ Explique às crianças a importância de observar as peças sem ultrapassar a linha amarela e sem tocá-las, respeitando as normas do museu. Embora a exploração multissensorial seja um objetivo da educação museal, o cuidado com o acervo é primordial.

◦ Este é um momento propício para registrar a experiência das crianças com fotos durante a visita. Peça a alguém que auxilie no registro do momento da roda de conversa para documentar o engajamento dos alunos.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023)

Exploração e Diálogo com os Objetos:

◦ Após a introdução, permita que as crianças tenham um momento livre para explorar o salão principal de exposições, observando as diversas peças. O Memorial dos Povos Indígenas possui um acervo rico em objetos das culturas indígenas, e a aprendizagem mediada por objetos é uma estratégia valiosa, pois eles "falam por si só", ativando o imaginário dos visitantes e conectando-os à história dos povos indígenas.

◦ No espaço com figuras de animais feitas de cerâmica, mostre as peças e pergunte às crianças que animal é aquele. Explique que essas figuras são feitas de argila pelos povos

indígenas, conectando o objeto à sua origem cultural e ao fazer tradicional. Essa abordagem centrada no objeto incentiva a reflexão crítica sobre a própria trajetória histórica por meio das interações humanas com esses artefatos.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023)

Reafirmando a Presença Indígena Contemporânea:

◦ Mostre o painel “O Céu Segura o Céu” que é uma pintura mural de Daiara Tukano, criada em 2022 para a exposição "Séculos Indígenas do Brasil", realizada no Memorial dos Povos Indígenas em Brasília. A obra faz parte de uma série de trabalhos da artista que abordam a relação entre os povos indígenas e o céu, a natureza e a cosmologia.

É importante falar nesse momento que nas crenças indígenas a frase “segura o céu” carrega um profundo significado: o chamado para cuidar da terra, pois ela sustenta o céu. Se a natureza é destruída, o céu pode cair, e o equilíbrio do mundo se perde.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023)

Arena do Memorial:

- Explorando um Espaço Tradicional de Resistência:

- Após a visita ao salão de exposições, conduza os alunos até a arena do Memorial. Mostre a arena e explique que é um espaço tradicionalmente utilizado pelos povos indígenas para diversas atividades, como danças, rituais e jogos. O projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer para o MPI simbolicamente remete a uma maloca Yanomami, o que já sinaliza a intenção de um espaço de vivência e encontro. O MPI deve ser reconhecido como um espaço de referência para encontros e vivências entre povos indígenas.

- Permita que as crianças brinquem com algumas brincadeiras indígenas. Leve uma peteca e explique as regras do jogo: os alunos devem se organizar em duplas e lançar a peteca um para o outro, sem deixá-la cair no chão. Essa atividade lúdica e prática promove uma aprendizagem significativa, alinhando-se aos objetivos do Currículo em Movimento do Distrito Federal para o Ensino Fundamental I, que preconiza o reconhecimento e respeito às diversidades socioculturais por meio de jogos e brincadeiras. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também destaca a importância de valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais.

- Enquanto as crianças brincam, aproveite para explorar o som acústico da arena. Incentive os alunos a explorarem o som de seus corpos, como bater palmas, estalar os dedos, gritar e até mesmo cantar uma música infantil. Isso proporcionará uma experiência sensorial única e divertida, conectando-os ainda mais com o ambiente e a cultura indígena. A multissensorialidade é um aspecto crucial da acessibilidade em museus, enriquecendo a experiência de todos os visitantes ao ir além da visão e audição. Essa abordagem ajuda a ressignificar objetos e interações humanas, proporcionando uma compreensão mais profunda do mundo.

Ao conduzir a visita dessa forma, o educador desempenha um papel fundamental em fazer a ponte entre o museu, a comunidade e a cultura local, transformando o MPI em um território vivo de aprendizagem e uma arena de lutas sociais, onde as histórias, saberes e reivindicações dos povos indígenas são reconhecidos e compartilhados.

Observações:

E fundamental destacar que este roteiro para o professor foi elaborado em 2023, considerando que a dinâmica de um museu é fluida e que as exposições podem ser alteradas, é possível que muitas das peças descritas neste roteiro não façam mais parte do acervo exposto no momento da visita, ou que sua posição dentro do espaço tenha sido modificada. Por esses motivos, é imprescindível que o professor entre em contato prévio com a instituição antes de planejar e realizar a visita. Essa comunicação permitirá:

- Verificar o acervo em exposição e sua organização atual.
- Confirmar a disponibilidade de mediação ou programas educativos no período desejado.
- Identificar as possibilidades de atividades educativas mais alinhadas com os conteúdos curriculares em estudo.

O planejamento meticuloso do professor, que inclui uma visita prévia ao museu para conhecer o local e suas exposições, é crucial para garantir a qualidade da atividade e seu impacto pedagógico, transformando a visita em uma extensão integrada e significativa do aprendizado em sala de aula.